

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Bruna Giordani

NORMAS ESCOLARES E SEUS EFEITOS PRODUTIVOS

Porto Alegre, maio de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

NORMAS ESCOLARES E SEUS EFEITOS PRODUTIVOS

Bruna Giordani

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul .

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Salete
Traversini

Semestre 2011/1
11 de julho de 2011

AGRADECIMENTOS

Ao fim desse estudo não concluí-se apenas um curso de graduação, mas, muito mais do que isso, uma etapa de vida. Ao longo dos cinco anos em que me formei academicamente passei por experiências e aprendizados que extrapolaram apenas essa esfera e que fizeram de mim um ser humano diferente, constantemente transformado e buscando ser transformador. Nessa trajetória muitas pessoas foram importantes e, em alguns momentos, fundamentais. À tudo e a todos que fazem hoje parte do que me constitui como professora, agradeço nesse momento.

À Faculdade de Educação e seus professores por possibilitarem o acesso a saberes que antes eu não tinha e me instigarem a buscar mais.

Às queridas colegas Catharina, Débora, Laura, Manuela e Cristine, que tornaram-se eternas amigas, por terem feito a trajetória do curso mais suave e divertida. À também querida amiga Andréia, não mais colega de curso, mas hoje uma amizade inspiradora e amorosa, ainda que nem sempre próxima.

À professora Clarice por sua orientação dedicada, seu incentivo e apoio constantes.

Aos meus pais por seu amor incondicional e seu orgulho e admiração que hoje se permitem expressar. A minha irmã por seu constante apoio e carinho.

Ao Conrad por sempre me mostrar o que há de melhor em mim, por amar o que sou e fazer de mim alguém ainda melhor.

À todos que hoje não posso ver mas que sinto sempre por perto por sua proteção e encorajamento.

*Morre lentamente quem se transforma em escravo do hábito,
repetindo todos os dias os mesmos trajetos,
quem não muda de marca,
não arrisca vestir uma cor nova e não fala com quem não conhece.
Morre lentamente quem faz da televisão seu guru.
Morre lentamente quem evita uma paixão,
quem prefere o negro ao invés do branco
e os pingos nos lábios a um redemoinho de emoções,
exatamente a que resgata o brilho nos olhos,
o sorriso nos lábios e coração aos tropeços.
Morre lentamente quem não vira a mesa quando está infeliz no trabalho,
quem não arrisca o certo pelo incerto, para ir atrás de um sonho.
Morre lentamente quem não se permite, pelo menos uma vez na vida,
ouvir conselhos sensatos.
Morre lentamente quem não viaja, não lê, quem não ouve música,
quem não encontra graça em si mesmo.
Morre lentamente quem passa os dias queixando-se da sua má sorte,
ou da chuva incessante.
Morre lentamente quem destrói seu amor próprio,
quem não se deixa ajudar.
Morre lentamente quem abandona um projeto antes de iniciá-lo,
nunca pergunta sobre um assunto que desconhece
e nem responde quando lhe perguntam sobre algo que sabe.
Evitemos a morte em suaves porções,
recordando sempre que estar vivo exige um esforço muito maior
que o simples ar que respiramos.
Somente com infinita paciência
consequiremos a verdadeira felicidade.*

Pablo Neruda

RESUMO

Esta investigação analisa as possíveis crenças de profissionais de uma escola acerca do que as regras produzem na escola e nos estudantes. A pesquisa foi realizada em uma escola confessional de Porto Alegre/RS, entrevistando professores, auxiliares de disciplina, diretor e coordenadora pedagógica. Através das respostas dos sujeitos pesquisados busquei refletir sobre como quem vive, executa e aplica as normas pensam sua necessidade e também seus efeitos sobre os estudantes. Construí uma rede teórico-metodológica utilizando concepções inspiradas em Michel Foucault acerca de norma, poder e disciplina, como também estudos que buscam compreender o aluno como uma constituição social e cultural. Assim foi possível perceber o apagamento da arbitrariedade da normatização escolar, a ligação entre a norma e a busca pela civilidade e o uso das regras na constituição do sujeito-aluno. Aponto a importância de compreender determinadas práticas escolares, buscando desnaturalizar o entendimento das normas, tomando-as como construções dos sujeitos e, portanto, passíveis de mudança.

Palavras chave: normas escolares; constituição do sujeito-aluno; disciplina.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	5
1 “PORQUESAR” O MUNDO E “PORQUESAR” A ESCOLA	7
1.1 Justificativa, questão de pesquisa, objetivos	9
1.2 Organização do trabalho	10
2 DEITANDO EM MINHA REDE TEÓRICO-METODOLÓGICA	11
2.1 Linhas e fios: tecendo conceitos	12
2.2 Metodologia	18
3. DESFAZENDO E REFAZENDO REDES, CONSTRUINDO ENQUADRAMENTOS	20
3.1 Regras por que a vida tem regras: normas escolares e a vida fora da escola	20
3.2 Se a regra não existisse seria o caos: normas escolares e civilidade	26
3.3 Regras para formar o aluno na escola que queremos: normas escolares e a constituição do aluno.....	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
5 REFERÊNCIAS	38

1 “PORQUESAR” O MUNDO E “PORQUESAR” A ESCOLA

Cursando o 6º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia numa atividade realizada na disciplina de *Seminário de Docência: Saberes e Constituição da Docência – 6 a 10 anos ou EJA* deveríamos escrever brevemente o que significava para nós identidade docente, ou como nos víamos enquanto docentes. Escrevi uma pequena rima, não me lembro dela completa, mas sei que dei o título “Professora do Por que”. Não esqueci por que, lembro-me até hoje, de como senti que era verdadeiro para mim esse “título”, que realmente expressava a minha “identidade docente”.

Desde que ingressei e ao longo da minha formação no curso mantive uma postura - sendo também incentivada e “formada” nesse sentido – de questionar muitas práticas e formas de funcionamento das instituições escolares. De maneira mais específica levantava alguns “porquês”: Por que sentamos em fila na sala de aula? Por que andamos em fila na escola? Por que estudamos uma determinada “coisa” numa determinada série e não antes, ou depois, ou nunca? Enfim: Por que fazemos o que fazemos e da forma que fazemos na escola? E finalmente me questionava: O que acontecerá se não fizermos essas coisas, ou não fizermos isso dessa forma?

Localizando-me como uma graduanda em Pedagogia que mantém essa “prática de pensar em porquês” vejo-me hoje, no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), fazendo novamente esse “exercício” de “porquesar” o mundo, ou seja, de tornar tudo um possível “porquê”, porém, agora, buscando ir além da simples pergunta – como também da simples resposta – e concretizando uma investigação que me possibilite compreender determinadas práticas escolares em vistas também de buscar transformá-las, modificá-las, desestruturá-las na esfera da minha atuação docente. Penso ser importante lançar um olhar de “suspeita” sobre as práticas escolares, não para fazer uma crítica vazia e constante sobre a escola ou os professores, mas sim para cultivar uma “docência do porquê” e em conseqüência poder construir uma prática escolar dinâmica. Ou seja, compreendo ser necessário para o educador manter uma postura questionadora, desconfiada, que é capaz de observar as práticas da sua escola como também as suas próprias práticas pedagógicas e desestruturá-las, analisá-las sobre outros ângulos ou aspectos, dessa forma sua “perguntação” torna-se uma espécie de “dínamo” – máquina que

transforma um tipo de energia em outro tipo – a energia da dúvida, da desconfiança e da crítica é transformada na energia de mudança, mobilidade, flexibilidade, reestruturação, remodelação.

A trajetória de porquês que me trouxe até aqui começou mais claramente no meu 5º semestre, durante uma semana de observação numa turma de Educação Infantil, na faixa etária dos 5 anos, onde depois de um mês eu realizaria uma semana de prática. Turma “ordeira”, conhecedora das regras: onde e como guardar os brinquedos, onde e como lanchar, como andar pela escola, como utilizar o pátio e etc. Perguntava-me nesse primeiro momento: Por que esses alunos agem de forma tão organizada? Por que não necessitam que a professora lhes diga o tempo todo o que fazer? De certa forma fiquei muito impressionada com a autonomia desses alunos, agindo de forma independente, buscando e guardando seus jogos e materiais dentre outras atividades. Porém, em contrapartida, mantive-me sob suspeita e resguardei meu deslumbre. Percebi nesse contato do período de observação como havia também toda uma rotina e um “protocolo” a ser seguido e durante minha semana de prática houve alguns momentos de modificação desse “protocolo” que pareceram causar certo desconforto, ou desorganização. Para dar um exemplo, sempre ao final de uma atividade as crianças penduravam seus trabalhos em um gancho com seu nome. Ocorreu que em um dia pedi que ao final do trabalho sentássemos em roda para que cada um “apresentasse” sua produção para o grupo. Foi necessário dizer para quase todas as crianças que não pendurassem seu trabalho no gancho e viessem sentar-se na roda.

Comecei a refletir então: Estarão essas crianças tendo uma atitude autônoma ou estão apenas treinadas a cumprir um protocolo que resulta nessa “turma organizada”, arrumada e etc? Essas reflexões me acompanharam também na semana de na prática do 6º semestre, agora com uma turma de 1º ano. Pareceu-me que, adentrando no Ensino Fundamental, as regras, normas e protocolos aumentavam sobremaneira. Havia uma série de procedimentos para realizar atividades e tarefas. Formar fila, esperar a professora, chegar na sala, guardar a pasta, pegar o caderno de tema, levar na mesa da professora, copiar a data no caderno de aula, terminar a atividade, mostrar para a professora, guardar o caderno, pegar o lanche e etc. Continuei pensando se esse funcionamento “bem azeitado” da “máquina escolar” era porque tudo isso realmente é necessário e tem lógica, e que em algum nível isso é compreendido pelos alunos e praticado, ou utiliza-se essa

série de procedimentos e protocolos como forma de se chegar a um determinado tipo de comportamento escolar “desejável”, ou a um tipo de funcionamento escolar específico.

Meu estágio curricular foi realizado nessa mesma turma de 1º ano do Ensino Fundamental e durante esse período vivi de forma intensa a vida escolar. Conheci diversas regras, normas e procedimentos que me eram apresentados como de cumprimento necessário. Ouvei da professora titular em diferentes momentos: “não modifica isso senão eles se desorganizam”. Comecei a “esticar os ouvidos” e a perceber que esse tipo de fala permeava diferentes salas de aula, diferentes séries, diferentes estilos de professores. Havia professoras mais austeras, mais sisudas, outras mais falantes, algumas mais gentis com os alunos porém em algumas reuniões de professores que participei foi possível ouvir essa ideia de que parecia ser necessário um determinado tipo ou conjunto de normas e procedimentos para que “as coisas andassem”, para que os alunos se organizassem, inclusive ouvi em alguns momentos que algumas regras eram importantes para que o aluno se tornasse responsável – a diretora da escola comentou num certo dia na reunião que disse à uma mãe que exigia o uso do uniforme pela filha dela porque ela precisava aprender a ser responsável e a saber que tem que vir para a escola de uniforme.

1.1 Questão de pesquisa, Justificativa e objetivo

Durante essas experiências e hoje, construindo meu TCC, foi se estruturando uma questão fundamental: quais as crenças da escola acerca dos efeitos das regras escolares? Dentro disso, ainda me interessa saber como essas crenças estão relacionadas com as expectativas da escola na formação de um determinado *tipo* de aluno como também compreender o que a escola vem chamando de *regras* e como essa compreensão pode estar entrelaçada com o uso que se faz delas e com seus efeitos.

Pensando assim meu “olhar de suspeita” nesse TCC mira-se nas normas escolares e as possíveis relações que a equipe escolar faz delas com a construção de comportamentos desejados pela escola. Acredito ser importante, ao final de minha formação e me aproximando cada vez mais da prática docente, poder investigar e compreender quais são os tipos de normas em que algumas escolas encontram-se “mergulhadas” e poder refletir sobre como os indivíduos que vivem,

executam e aplicam essas normas pensam acerca da sua necessidade e também dos seus efeitos sobre os estudantes.

Espero também que essa reflexão possa contribuir na formação de outros colegas e que assim essas discussões possam encontrar “eco” nas instituições escolares. Se quisermos estruturar nosso ensino sobre valores e princípios que perpassam a construção da autonomia, a formação de cidadãos cooperativos e responsáveis então se faz necessário refletir sobre que relações estamos travando entre esses comportamentos ou valores morais e o uso de determinadas normas na prática pedagógica e de que formas podemos estar justificando, acreditando, naturalizando o uso de algumas normas escolares para alcançar esses objetivos.

1.2 Organização do trabalho

Até este momento apresentei um pouco da minha trajetória na formação docente, como foi construído esse trabalho, as minhas principais inquietações assim como meus objetivos e justificativa do estudo. Agora trago como organizei as demais partes desse relatório de pesquisa. No segundo capítulo, *Deitando em Minha Rede Teórico-metodológica*, faço uma explicitação dos principais conceitos que uso no trabalho, apresento minha rede teórico-metodológica e as linhas e fios que dela fazem parte. Falo dos autores e conceitos que me possibilitaram “ler” meus dados assim como os contextualizo e exponho como os coletei. No terceiro capítulo, *Desfazendo e Refazendo Redes, Construindo Enquadramentos*, parto para o esmiuçamento dos meus dados, buscando lê-los e relê-los de diferentes formas, olhar de ângulos diversos e *porquesá-los* a todo instante. Organizei esse capítulo de forma a abordar os pontos de análise construídos como enquadramentos, como fotografias – que não apagam o contexto, mas são escolhas de uma determinada perspectiva.

Finalmente no quarto capítulo, *Considerações Finais*, retomo meus objetivos e minha questão de pesquisa e reflito acerca de novos porquês, trazendo novas linhas e continuando a eterna tessitura que é o pensamento porquesador.

2 DEITANDO SOBRE MINHA REDE TEÓRICO-METODOLÓGICA

A primeira vez que pensei sobre uma rede teórica de forma mais sistematizada foi no 7º semestre do curso de Pedagogia, na escrita do meu relatório de estágio:

Acho ótimo quando penso algo que encontro em um livro, que alguém falou sobre, pois isso torna aquilo [em] que acreditamos mais legítimo. Com certeza isso é o que mais inquieta muitos alunos de Pedagogia: pensar que aquilo em que acreditam não é legítimo. Eu penso isso muitas vezes, mas a questão é que sonhos, ideais, crenças são sempre legítimas, porém, há lugares – a academia com certeza é um deles – em que precisamos ter um “pessoal conosco”, uma rede teórico-conceitual que nos sustente e que seja “segurada” por todos aqueles que disseram coisas antes de nós ou que dizem coisas junto conosco. (GIORDANI, 2010, p.13)

Naquele momento utilizei o termo rede teórico-conceitual, porém agora gostaria de trabalhar com a ideia de rede teórico-metodológica, pois me encontro realizando um trabalho de conclusão que supõe a realização de uma pesquisa por isso “troco” o termo conceitual por metodológica visto que agora minha rede precisa também englobar essa esfera da pesquisa. Sendo assim trago duas razões que me fizeram retomar esse conceito. Primeiro por entender o quanto denominações como “referencial teórico”, “embasamento teórico” ou “teorização” parecem denotar, entre os alunos da Pedagogia – e também para mim em muitos momentos – algo incômodo, uma “pedra no sapato” no momento da escrita de seus trabalhos; uma preocupação exaustiva com quantidade de citações e principalmente em como “encaixá-las” na sua escrita. Isso me leva ao segundo motivo. Mais do que um incômodo o referencial teórico acaba sendo apenas uma referência bibliográfica, citações que são jogadas no meio do trabalho – com dificuldade – e com as quais não se conversa, daí a dificuldade de encaixe. Por isso penso na importância de enxergarmos as teorias como uma rede de sustentação, como um apoio, podendo me deitar sobre ela com alguma segurança, porém sem deixar de participar também da rede, sendo abraçada por ela e mais importante ainda, dando importância para a constituição dessa rede. Compreendendo que nela estão tecidas teorias, linhas e conceitos não antagônicos aos meus pensamentos, mas disparadores deles, complementares à eles e legitimadores deles também, porque não?

Nesse trabalho precisei encontrar uma rede que pudesse estar conectada com a atividade de “porquesar”, senão não poderia me deitar sobre ela. Sendo

assim precisava encontrar linhas que me possibilitassem ver diferente, olhar desconfiada para o que apareceria em minha frente durante a coleta de dados, mas não apenas isso também precisava de elementos na rede que sustentassem mais do que o exercício de “esmiuçar”, “investigar”, mas que estivessem em consonância com a ideia de “pergunta dínamo” que trouxe na introdução do trabalho. Ou seja, não apenas questionar e criticar, mas também poder enxergar flexibilidades e possibilidades de ação.

2.1 Linhas e fios: tecendo conceitos

Para formar essa rede precisei encontrar linhas que me ajudassem a sustentar importantes e difíceis conceitos. Na pesquisa realizada em trabalhos acadêmicos encontrei diferentes palavras: disciplinamento, disciplina, regras, normas. Enfoquei a pesquisa em trabalhos produzidos na Licenciatura em Pedagogia como em seu programa de pós-graduação sendo importante salientar que os trabalhos envolvendo a mesma temática – normas escolares – e na mesma área de pesquisa – a educação – possuem diferentes tipos de enfoque e diferentes abordagens.

Souza (2006) analisa práticas disciplinares em um viés histórico estudando o que chama de dispositivos disciplinares de diversos Grupos Escolares de Belo Horizonte-MG, dentro de uma faixa de 30 anos de práticas, tendo produzido uma quantidade bastante significativa de dados desde entrevistas, fotos, análise de revistas das instituições, de avaliações de alunos e etc. Waskow (2004) analisa representações de alunos adolescentes acerca dos processos disciplinares e da dimensão moral, trazendo um viés de análise mais psicológico, utilizando noções de moral, autonomia e heteronomia piagetianas e como essas são tensionadas e influenciadas pelos processos disciplinares. Teixeira (2010) faz um interessante e importante estudo sobre o suposto “desencaixe” entre as visões de professores e alunos acerca do que pode ser chamado como disciplina ou indisciplina, suas análises buscam delinear características do que poderíamos chamar de escola contemporânea e traz resultados que refletem sobre esse “descompasso” presente na escola e da importância de não pensar sobre ele de forma simplista.

Moraes (2004) realiza uma pesquisa que, através da análise do Regimento Escolar e do livro de Ocorrências Disciplinares busca compreender de que maneira

a escola, em suas práticas normativas, adentra seu olhar sobre a clientela, ou seja, como ela classifica, categoriza, compara e individualiza os alunos. Um dos principais trabalhos pesquisados trata de instrumentos utilizados na prática pedagógica que atuam no disciplinamento de alunos “de inclusão”, como são comumente chamados hoje, ou como a autora discute na tese os “anormais” (XAVIER, 2003). Xavier traz nesse trabalho outro conceito importante que é a ideia do aluno como categoria social que também passa por aprendizados e exigências específicas e que não “vem pronto”.

Novamente, é importante ressaltar, que nos trabalhos pesquisados não vemos o uso da mesma terminologia ou das mesmas palavras para falar das normas escolares e também de seus efeitos. É possível encontrar diferentes formas de abordar esse assunto, trazendo conceitos semelhantes, porém com características e intenções específicas. Na pesquisa de Souza (2006), é utilizado o termo dispositivo disciplinar e a autora entende esse conceito como uma rede “indireta” de atuação não facilmente visível. Esses dispositivos são “[...] todo um conjunto de mecanismos que estão no bojo do processo disciplinar e que constituem uma rede difusa e permanente de atuação sobre corpos e mentes de educandos e educadores no espaço escolar.” (SOUZA, 2006, p. 32). No trabalho de Waskow (2004) os conceitos de regra, processos disciplinares e disciplina escolar se misturam e a autora não chega a estabelecer uma concepção específica sobre esses conceitos. Ao longo do trabalho, no entanto, é possível compreender essas terminologias como denominando um mesmo processo: as ações práticas que a escola utiliza em determinados momentos da rotina escolar, ou seja, o encaminhamento dos alunos para determinados setores da escola em caso de briga, esquecimento de atividades, conversas em sala de aula, por exemplo, (WASKOW, 2004).

Teixeira (2010) trabalha com uma análise a partir dos conceitos de poder disciplinar e de norma, utilizando fundamentalmente os estudos de Michel Foucault. Sendo assim a autora entende que o poder disciplinar é aquele que se exerce na relação, age de forma invisível, “quadricula e organiza o espaço e otimiza a utilização do tempo” (TEIXEIRA, 2010, p. 25). Em relação ao conceito de norma a autora traz importantes referências para pensar nas diferenças e relações entre os conceitos de norma e de regra. A norma está ligada ao que é normal, portanto ela não é apenas uma regra, mas uma regra que visa a normalidade, que busca manter

um grupo de indivíduos se comportando de forma homogênea e normal (TEIXEIRA, 2010).

Para minha pesquisa debruçei-me mais atentamente sobre os estudos de Xavier (2003) e Teixeira (2010). Em sua pesquisa, Xavier aponta uma negação dos processos de disciplinamento, percebendo a necessidade de se compreender o aluno como uma categoria social, ou seja, como uma “função” que crianças e jovens passam a exercer na sociedade e para a qual não estão prontas quando entram na escola.

O que começa a se tornar mais claro é que o comportamento usualmente esperado, desejado e definido como comportamento de aluno/a, condição necessária para o desenvolvimento das aulas, parece não ocorrer naturalmente. Ele parece ser decorrente de um processo de construção do sujeito aluno/a, e, o que se constata, é que não se fala nisto, ao menos de forma substantiva, no período de formação das professoras e também não se está discutindo tal temática no recinto das escolas. (XAVIER, 2003, p. 222)

Teixeira (2010) nos fala sobre a escola contemporânea, suas novas funções, dificuldades e enfrentamentos frente às diferentes exigências que se apresentam – pautadas por modificações sociais e políticas.

Pode-se, assim, perceber que a sociedade vem sofrendo transformações importantes na atualidade que alteram a vida cotidiana das pessoas, seja no modo como exercem suas profissões, como conduzem suas famílias, como vivem em sociedade ou como se dá a educação formal. Segundo Foucault (1987), na Modernidade, a ênfase do poder estava centrada na produção da docilidade-utilidade do corpo, no seu treinamento detalhado. [...] O que se percebe na Contemporaneidade é uma sociedade que se inscreve na agilidade, na efemeridade, no consumo e descartabilidade. Nesse cenário de instabilidade, não se pode mais projetar o futuro, a ênfase está no momento, no curto prazo. (TEIXEIRA, 2010, p. 47)

Além disso, Teixeira traz, principalmente, a ideia de desencaixe, nessa escola contemporânea, mostrando, através do seu estudo, as dissonâncias na compreensão do que seja indisciplina por professores e alunos. Aquilo que para os professores significa a impossibilidade do seu trabalho para os alunos é tido como comportamentos “normais”.

Esses dois estudos sobre os quais mais me debruçei (Teixeira, 2010), (Xavier, 2003) estão fortemente pautados por conceitos de Michel Foucault, dessa forma, também busquei compreender esses conceitos a partir da leitura de Vigiar e Punir (Foucault, 2010) como de outros autores que estudam os conceitos foucaultianos

(Veiga-Neto e Lopes, 2007), (Guirado, 1996) e que trago agora para minha rede teórico-metodológica.

Ler Michel Foucault foi uma tarefa constante de construção e entrelaçamento. Para mim, falar de seus conceitos ainda gera insegurança, tendo lido apenas uma de suas tantas produções percebi que ao mesmo tempo em que compreendia uma parte, desfaziam-se diversos outros fios a minha frente. Descobri também, nessa leitura, que minha rede teórico-metodológica foi tornando-se uma “sustentação em movimento”. Não há a possibilidade de tecer com fios eternos, cada ponto da rede é uma possibilidade: de compreensão, de percepção, de costura e de entrelaçamento. Nunca é, porém, um ponto fixo. Cada fio, ponto e rede podem desfazer-se para reconstruir novos pontos e novas redes.

Por isso, para esse estudo e nesse momento utilizo três linhas de Foucault, escolhidas segundo a necessidade de sustentação – sendo o meu trabalho sobre normas escolares precisava de fios que sustentassem minhas questões acerca dessa temática – como também segundo a “habilidade de costura” – detive-me naqueles conceitos/fios em que estava mais segura para utilizar.

O poder, a disciplina e a norma. São esses os três fios/conceitos foucaultianos que escolhi para utilizar ao longo do meu estudo – ajudando-me a construir as redes e costuras necessárias para *fotografar* meus dados. O conceito de poder, refletido aqui a partir da leitura de *Vigiar e Punir* como também de outros autores que estudam esses conceitos, é pensado ao longo da análise que o autor começa fazendo das mudanças sofridas pelo sistema penal da época clássica para a modernidade. Na primeira há um *poder do soberano* e as estratégias que esse poder utiliza são de tornar espetáculo e *ritualizar* as punições aos que *atingem* a figura do rei, através dos suplícios, que tinham como alvo o sofrimento físico. Foucault nos mostra então, que há uma modificação nas *estratégias* do poder, ou seja, o conceito de poder é o mesmo, mas quando o autor nos apresenta o *poder disciplinar* esse não é diferente do primeiro em seus efeitos produtivos, mas sim nas estratégias que utiliza. O poder disciplinar, característico da modernidade, não tem mais como o alvo o corpo, sendo a liberdade o principal valor em jogo; a punição a retira ou a devolve à pessoa (Guirado, 1996).

De qualquer maneira, o que é importante saber, e que independe dessas diferentes estratégias, é que para Foucault o poder não é possuído por alguém,

Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante [...] Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não têm”; ele os investe, passa por eles e através deles [...] O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes. (FOUCAULT, 2010, p.30)

Nesse trecho acima, o autor nos fala de um poder que circula “por dentro” da sociedade, que não tem uma posição fixa. Além disso, um dos principais aspectos sobre o poder é o seu caráter produtivo. O poder é uma relação de forças, os que participam desse jogo permanecem em movimento constante na busca do equilíbrio dessas forças, e o lugar de domínio sempre sofre uma pressão móvel do lugar de resistência (Guirado, 1996). Foucault nos lembra, porém, como é comum falarmos do poder como algo negativo, repressor,

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 2010, p.185)

O que é interessante após esse trecho e que aproveito para falar do próximo conceito que utilizei é quando Foucault pondera: “emprestar tal poderio às astúcias muitas vezes minúsculas da disciplina não seria lhes conceder muito?”. As disciplinas são para Foucault um conjunto de métodos que

permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, [...] Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo [...] Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII formulas gerais de dominação. [...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 2010, p. 133)

A disciplina é então, uma tática do poder, uma nova forma de agir que utiliza também técnicas com “grande poder de difusão, [...] de aparência inocente, mas profundamente suspeitos [...] que procuram coerções sem grandeza, são eles entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea.” (FOUCAULT, 2010, p. 134)

Foucault nos coloca, então que “Aparece, através das disciplinas, o poder da Norma.” E como eu compreendo e utilizo esse conceito para o meu trabalho? Para pensar sobre esse conceito é novamente importante retomar como age o poder disciplinar, seu objetivo não é a repressão, mas sim

relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos, singulares a um conjunto que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades [...] Fazer funcionar, através dessa medida “valorizadora”, a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira do anormal. (FOUCAULT, 2010, p. 176).

Essa regra de conjunto é o ótimo a que se deve aproximar e é a partir dele que o poder disciplinar torna tudo igual e assim mais facilmente percebe tudo que é diferente. A utilização de uniforme, por exemplo, parece tornar todos iguais em um primeiro momento, porém, como vemos no uniforme militar, é pela sua “igualdade” que a diferença é ressaltada: as divisas (broches pendurados na farda militar) só tornam-se visíveis, só destacam o indivíduo se estiverem sobre o “fundo comum” da farda. Dessa forma o poder disciplinar tem um efeito normalizador, criando – através de uma medida valorizadora – uma sensação de que é necessário adequar-se a essa média. É importante aqui também salientar as diferenças entre os conceitos de normalização e normação. O primeiro, conforme já abordado anteriormente, busca uma normalidade, marca aquilo que é o ótimo a ser seguido e o transforma em norma. A normação seria o seu oposto, é quando a partir de uma norma já definida faz-se a distinção entre o normal e o anormal (Veiga-Neto e Lopes, 2007).

Dessa forma gostaria de estabelecer para esse trabalho uma diferenciação e uma semelhança entre a norma e a regra. Regra aparecerá diversas vezes nesse trabalho, principalmente nas falas dos sujeitos da pesquisa. Tomo a regra, aqui, como o nível mais pragmático da norma, a própria medida, a regularidade em si, a normatização, ou seja, a transformação da norma em *lei*. Pode-se pensar que a regra é mais o próprio uso do uniforme e a norma é mais a busca pela homogeneização que resulta na *criação* do uniforme. A regra é a própria *régua* e a norma a invenção do medir. Compreendo, portanto a norma com uma regra invisibilizada. A norma é nesse trabalho tomada não apenas como o

estabelecimento – explícito ou implícito; declarado ou não – de um padrão, de uma régua; mas também, e mais ainda, como a ação e intenção de tornar mensurável.

2.2 Metodologia

Realizei um estudo de caso em uma escola particular de Porto Alegre/RS, que faz parte de uma rede de instituições pertencentes à uma congregação religiosa. Onde se localiza atende a uma clientela do bairro, os atuais dois prédios da escola (um térreo e outro com 3 andares) situam-se em um terreno de 18 mil metros quadrados, tendo grandes áreas arborizadas, pracinha, piscina, churrasqueiras, ginásio, quadras esportivas, gramado de futebol e também área de estacionamento para funcionários e responsáveis dos alunos. A escola possui atualmente 730 alunos, funcionando pela manhã com Anos Finais do Ensino Fundamental e com os três anos do Ensino Médio além dos alunos que ficam em turno integral que estudam regularmente à tarde; no turno da tarde atende à Educação Infantil com alunos a partir dos 4 anos de idade, e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A escola está sob uma administração diferente nos últimos 4 anos e recebe investimentos altos de sua mantenedora tendo passado por diversas reformas (quadra esportiva, gramado para futebol, nova distribuição de salas, a construção de um segundo prédio para Educação Infantil totalizando os atuais dois prédios, etc), atualmente acontece no seu terreno uma obra que pretende colocar em funcionamento um terceiro prédio com mais três andares cobrindo a piscina existente em virtude de acidentes já ocorridos, segundo a direção da escola.

Utilizei-me fundamentalmente de entrevistas semi-estruturadas com a equipe escolar sendo formada para essa pesquisa por uma professora de 1º ano, uma professora de 4º ano, a coordenadora pedagógica, o diretor e três auxiliares de disciplina (nome do cargo presente no crachá do funcionário). Para nortear o diálogo tive como diretriz três perguntas: Para você qual a regra mais importante que os alunos devem cumprir na escola? Como seria a escola se essa regra não existisse? Em quais aspectos essa regra escolar contribui para a formação do aluno? É importante salientar que essas perguntas foram, como já “disse”, norteadoras, portanto outros pontos importantes também foram discutidos, por exemplo, que funções o indivíduo exerce na escola, como ele organiza os alunos para realizar essas tarefas ou atividades. Sendo assim há uma contextualização do diálogo e não

apenas perguntas e respostas diretas. Essas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para que pudesse ser feita a análise desses dados.

Além disso, foi feita uma análise documental com a leitura do Regimento Escolar e do Guia da Comunidade Escolar que se constitui num regimento escolar “resumido” e mais acessível à comunidade escolar, pois é distribuído anualmente no início do período letivo. Selecionei esses buscando vislumbrar as diretrizes pedagógicas assim como disciplinares que a escola utiliza e ter uma referência para também contextualizar as falas dos sujeitos entrevistados, percebendo assim as possíveis concomitâncias e dissonâncias de suas falas em relação ao que é “fixado” pela escola como diretriz pedagógica e principalmente como norma ou regra a ser seguida institucionalmente.

Paralelo a essas coletas de dados foram feitas leituras de livros, trabalhos de conclusão e artigos envolvendo os conceitos e a temática abordada assim como fichamentos dessas leituras para otimizar o uso desses materiais no trabalho.

A partir de pesquisa já realizada utilizando a internet, foi possível encontrar diversos trabalhos – artigos, teses e dissertações – que abordam em alguma medida a questão das normas escolares.

3 DESFAZENDO E REFAZENDO REDES, CONSTRUINDO ENQUADRAMENTOS

De tudo que ouvi, transcrevi, li e re-li formaram-se teias, pontos de intersecção, traçados paralelos, consonantes, dissonantes. Em meio a essa tessitura de falas, imagens, documentos busquei sistematizar meus dados emoldurando possíveis retratos, indícios de respostas *porquesantes* às questões já levantadas. Sobre meus dados lanço as molduras e tento enquadrar aquilo que, ao meu olhar, possibilita o exercício da pergunta dínamo, da crítica de possibilidade, da análise questionadora.

Enquadro não no sentido de limitar, e sim como fazemos com as fotografias: o enquadramento é uma escolha do fotógrafo, que mantém tudo que existe no entorno – nunca apaga o contexto – mas olha mais especificamente para um lugar, para um rosto ou – como é o caso desse trabalho – para uma fala, um papel, uma frase. Sendo assim, é importante pensar que em uma pesquisa os enquadramentos são criados a partir do que buscamos ver, do que queremos encontrar. Nesse caso, *fotografei* as narrativas dos entrevistados que denotavam possíveis relações e crenças acerca das normas escolares. Dessa forma criei três enquadramentos: o primeiro pensando sobre a relação que a equipe escolar faz entre a norma e a “vida lá fora”, no segundo vendo a relação da norma com a construção da civilidade e no terceiro a relação entre o uso da norma e a constituição do aluno como também da escola desejada.

Espero que a partir de meus enquadramentos seja possível fazer um *zoom* e quem sabe perceber o que costuma ficar em segundo plano, crenças que podem sair de foco, ficar em contraposição ou construir-se em paralelo. Dessa forma estou atenta ao que pode embasar e/ou justificar determinados usos e relações expressos pelos sujeitos pesquisados estando atenta não apenas ao que é dito, mas também ao que não está na superfície das narrativas.

3.1 Regras por que a vida tem regras¹: normas escolares e a *vida lá fora*.

Meu primeiro enquadramento enfoca uma relação expressa com força pelos sujeitos da pesquisa. Nas suas falas, em resposta à diferentes questões costuma perpassar a ideia de que a norma escolar está ligada à uma existência fora da escola e, idealmente, uma vida futura. O uso de normas ou – como podem ser

¹ O título de cada um dos enquadramentos são paráfrases de falas dos entrevistados.

chamadas nessa escola – princípios de convivência parece estar intimamente ligado com uma “vida aí fora” da escola, como vemos na explicação do Diretor²

Diretor - Tu é disciplinado por que a vida precisa de homens disciplinados, não é por que a escola exige mas por que a vida exige. Na verdade não é a escola que está exigindo a disciplina é a vida, é a vida aí fora, tu precisa ter regras pra conviver melhor com as pessoas.

Sendo assim, a presença das regras na escola parecem ser explicadas por uma necessidade externa a elas, não é a escola que exige um comportamento, uma determinada forma de agir, de conviver, mas sim a vida. Outras falas denotam essa mesma relação, o Auxiliar 2 quando questionado se alguma regra escolar era desnecessária responde:

Auxiliar 2 - eu acho que todas as regras que são aplicadas aqui na escola [...] é regra válida essencial pra vida inteira é o saber pra vida inteira é o aprender pra vida inteira.

A Professora 1, na pergunta sobre os efeitos das regra na formação dos alunos responde:

Professora 1 - Eu acredito que influencia para a vida deles fora da escola né? Pra conseguir viver de uma forma organizada em sociedade [...]

Nas três respostas a expressão “vida” é retomada diversas vezes como o “lugar de origem” das regras. Além disso, há outras falas que remetem não apenas a essa vida externa à escola, mas, mais precisamente, as práticas ou aspectos específicos dessa vida que novamente justificam o uso de regras na escola. O Diretor, assim como outros sujeitos da pesquisa, traz o exemplo do trânsito como *lugar legítimo* e exemplo para o uso e também para a justificativa da existência das regras: “é o mesmo que você conviver numa grande metrópole numa grande cidade e não ter as ruas definidas não ter as sinalizas é o mesmo princípio, os princípios dentro de uma escola são pra nortear esta escola.” A seguir a professora deixa claro na sua fala essa íntima relação:

² Neste trabalho os entrevistados são referidos pela sua função em letra maiúscula e, no caso de existirem dois entrevistados com a mesma função, serão diferenciados por números, por exemplo: Professora 1, Professora 2.

Professora 2 - Eu sempre trabalho com eles que a sociedade onde a gente vive, no lugar onde a gente mora, no nosso bairro, existem combinações que são feitas pra que todo mundo consiga viver com tranquilidade. Que se não tivesse, por exemplo, a combinação das leis do trânsito os carros andariam de um lado pro outro se batendo, por que ninguém saberia pra que lado um tem que ir [...] ou quando tem que parar. Então, da mesma maneira onde a gente vive tem combinações, na escola também tem combinações, pra que as coisas consigam andar com tranquilidade [...]

Assim como há “combinações” na nossa “vida fora da escola” deve haver também combinações na escola o que acarreta numa convivência ou existência mais tranqüila. A Coordenadora Pedagógica relembra os diversos lugares onde há regras:

Coordenadora Pedagógica - há regras na família, no clube, na igreja enfim [...] onde há mais de uma pessoa convivendo há regras; há regras no trânsito.

O que parece ser possível pensar acerca dessa crença é que há um apagamento da arbitrariedade da regra escolar, ou seja, é como se essa não estivesse envolta em um tipo específico de prática, de necessidade ou de exigência – de que não são construídas em um tempo e espaço específicos e com uma constituição intencional – mas sim que elas simplesmente são uma consequência de algo pré-existente ou independente da escola: a vida lá fora. Essa crença toma as regras escolares – elemento constituinte da vida escolar – como algo natural, que não precisa ser explicado ou aprendido, e mais do que isso, se torna tão normal que não precisa mais ser repensado, modificado. Nesse sentido é que as regras escolares tornam-se normas e produzem o efeito normalizador. As regras deixam de ser apenas uma organização arbitrária da convivência na escola tornando-se essa *medida ideal para a vida*, expandindo-se para aquilo que se deseja ser em todos os espaços da escola, como fora dela. Poderíamos pensar também que remeter-se a “vida lá fora” seria travar uma relação entre a prescrição da norma – a regra – e seu efeito normalizador. Essa “vida lá fora” é aquilo que nos impele a seguir a regra, é a força que nos coage a sermos normais.

Sendo assim torna-se fundamental refletirmos sobre como ocorre essa “vida lá fora” e pensar também se realmente as exigências dela são as mesmas da escola. No momento que acreditamos que a escola deve exigir determinados comportamentos ou práticas, pois os mesmos serão exigidos fora da escola

esquecemos que há diferentes modos de ser fora da escola, assim como há diferentes modos de ser *na* escola. Além disso, quando a escola fica pautada nessa crença ela parece esperar que os alunos – vivendo em um mundo com regras – cheguem à escola prontos para cumprir todas essas exigências, visto que são apenas uma continuação da sua vida não escolar. Contudo, seria possível pensar em uma vida escolar *cópia* da vida fora da escola? E se o fosse, tendo a “vida lá fora” sofrido tão importantes modificações nos últimos 50 anos (computadores, internet, TV por assinatura, compartilhamento de imagens e informações nos mais diferentes espaços e formatos) não deveriam as normas escolares e a vida escolar terem sofrido tão radicais modificações também?

No momento que percebemos, nas respostas dos entrevistados, uma correlação supostamente tão direta entre a vida externa à escola e a vida interna da escola é importante refletirmos como essa crença torna-se a própria justificativa para utilização de determinadas regras sem haver, no entanto, uma reflexão acerca do que é propriamente a vida escolar, do que é feita e como se organiza. Quando apagamos a arbitrariedade e conseqüentemente a intencionalidade de tudo que organiza e que mantém a vida escolar como ela é enfraquecemos a possibilidade de repensar os usos e a construção das regras escolares e as tomamos como “naturais”: é assim por que a vida é assim; é assim por que sempre o foi.

O que parece advir dessa crença é conceber a escola como um preparatório para essa *vida de normas*. Fica presente em algumas respostas, a preocupação que os adultos da escola têm em relação às crianças estarem aptas a cumprirem *regras*. A questão aqui não é qual a regra, ou o que justifica sua necessidade, mas sim saber segui-la. Nesse aspecto fica clara a ideia de preparação do aluno para o futuro e do papel da escola nessa preparação. Como diz a professora:

Professora 2 - Pra cada coisa que existe na nossa sociedade existem várias combinações. Então quando a gente é adulto, quando não se cumpre essas combinações, acontecem penalidades. Quando a gente é criança o que é importante é aprender a cumprir essas combinações. Aí eles falam: mas a gente vai ser preso? Não a gente tá aprendendo, aí o que acontece? Quando a gente não consegue aprender na escola vai chegar, quando a gente for grande, a gente não vai saber cumprir combinações e aí a coisa complica.

Parafraseando a professora, o que se torna fundamental é aprender a cumprir regras, e mais do que isso, é urgente que esse aprendizado ocorra na escola, pois

depois dela – quando os alunos forem adultos – *a coisa complica*. Retomando uma das falas, em parte já apresentada, da Professora 1 é possível identificar claramente essa relação entre a regra como elemento da vida e a necessidade de aprender a cumpri-las e respeitá-las:

Professora 1 - Eu acredito que influencia para a vida deles fora da escola né? Pra conseguir viver de uma forma organizada em sociedade, por que na medida que eles começam a ter regras e respeitar, nós temos regras a vida inteira em tudo que é lugar, provavelmente eles vão saber lidar melhor e vão entender o por que tem que cumprir a regra.

O que se torna muito interessante na fala e mais do que isso, na ação dessa professora, expressa no seu relato, é que ela acredita que *introjetar* as regras vai facilitar a vida dos alunos. A Coordenadora Pedagógica traz uma resposta que também está em consonância com essa ideia:

Coordenadora Pedagógica - Por que certamente hoje esse jovem - e amanhã esse adulto - vão sofrer muito nos ambientes. Por que eu desconheço um lugar que não tenha regras e aí eu me preocupo. Esse estudante que tem o apoio da família pra infringir essas regras, pra questionar, pra achar que o mundo é que tem que mudar. Como é que vai ser esse jovem no mercado de trabalho? Como vai ser esse jovem quando ele se relacionar com outra pessoa e casar? Por que uma das funções da escola, além de construir o conhecimento, é formar esse cidadão pra vida, é que esse jovem saia daqui pronto pra ingressar no mercado de trabalho [...] pra ampliar sua vida social e como vai ser? Ele vai questionar a empresa que ele trabalha? [...] Não vai dar.

Essa coordenadora traz diversas questões – algumas não fazem parte do enfoque desse trabalho, mas que de certa forma se relacionam – que hoje se tornaram inquietações e preocupações de muitos adultos que trabalham em escola, nas mais diferentes funções: a relação escola e família; a falta de “limites” dos jovens e crianças; a função da escola na contemporaneidade. Em meio a essas diversas questões está presente a ideia da escola e das normas escolares como formadores de um “sujeito do futuro”. Fala-se muito então, de alguém que virá a ser: um adulto, um trabalhador, um chefe de família. Em meio a tudo isso aprender a cumprir regras torna-se fundamental, pois, novamente, a vida é feita delas e saber encaixar-se nelas, identificá-las e segui-las tornará a existência desse sujeito mais fácil.

A Professora 1 comenta em algumas de suas falas, sobre as justificações que dá aos alunos de algumas regras da escola, citando a fila e o uniforme.

Eu sempre digo pra eles, por que às vezes eles reclamam: Ai profê, tem que andar em fila? Particularmente eu acho que eles podiam andar em grupos, perto do professor, não em fila, mas o colégio tem essa regra então nós cumprimos. [...] Ou aí dá furo. Eu digo: Não pode dá furo, por que isso desrespeita todos os outros que estão atrás. Depois vão estar na fila do banco e aí? Uma pessoa vai dar furo? [...] Eu digo: A gente faz fila no supermercado, no cinema no banco, em tudo que é lugar. Então na verdade eu acho que eles introjetando essas regras, eles vão ter mais facilidade na vida pra lidar com isso.

Ela explica aos alunos que a fila faz parte da vida, que fazemos fila no supermercado, no cinema, no entanto, o que ela não diz é que essas filas podem ser compreendidas como filas de espera, diferentes daquelas filas de deslocamento em que são colocados os alunos. Onde, na vida lá fora, nos deslocamos em fila? Todavia é a vida lá fora que justifica a fila, não se fala, portanto da fila como um elemento próprio da organização escolar, como uma regra escolar, menos ainda se questiona o porquê mesmo andamos em filas na escola. É importante fazer essa análise por que ela comenta brevemente que considera o deslocamento em fila desnecessário, porém ao mesmo tempo entende que essa é uma regra da escola – parecendo *lembrar-se* da arbitrariedade da mesma – relacionando-a com outras filas (que não são filas de deslocamento, mas sim filas de espera) para, supostamente, ajudar os alunos a compreenderem a existência dessa regra. Nesse momento a regra, esfera prescritiva da norma – normatização – retoma sua ação normalizadora, diluindo-se em pressões que visam o desejado, o ótimo em que o aluno deve se constituir.

Aqui é importante salientar que esses movimentos assemelham-se menos a idas e voltas ou cabos de força (regra que vira norma; norma que vira regra) e mais a ação de diversas forças vetoriais – que *desencaixariam* a física newtoniana, em que toda ação tem uma reação de mesma intensidade, mas sentido contrário – divergindo ou convergindo a um ponto, misturando-se em ações paralelas, consonantes, dissonantes. No caso do uniforme a mesma professora relata que os alunos questionam, dizendo que não se anda de uniforme fora da escola. É interessante pensar como os próprios alunos buscam a “vida lá fora” para questionar a regra, mas, novamente, a professora traz essa “vida” para justificar o uso do

uniforme, referindo a relevância que os pais dão a esse uso, pela identificação e “economia de roupa”.

O que podemos refletir acerca dessa relação que a escola faz entre as regras escolares e a vida, portanto, é o quanto o apagamento da arbitrariedade, presente na própria circulação de terminologias – transformando regra em princípio de convivência, por exemplo – naturaliza cada vez mais a ação normalizadora da regra.

3.2 Se a regra não existisse seria o caos: normas escolares como produtoras de civilidade.

Dentre às várias questões que fiz aos meus sujeitos da pesquisa duas geraram respostas, intrigantes e que me fizeram reuni-las nesse segundo enquadramento: Qual é a regra mais importante na escola? E o que aconteceria na escola se essa regra não existisse?

É fundamental pensar em quais regras foram consideradas mais importantes e por que a inexistência delas poderiam levar ao caos, como colocou a Professora 1. Inicialmente é importante colocar que houve certa dissonância entre o que os auxiliares de disciplina da escola trouxeram em suas falas e o que professoras, coordenadora pedagógica e diretor entendem como regra mais importante. Saliento que mesmo sendo funcionários de uma escola, com diferentes objetivos no processo de disciplinarização dos alunos, eles não pensam de forma igual e nem expressam suas idéias da mesma forma. O que foi trazido como “regra” mais importante foi: respeitar e/ou ouvir os outros (Professora 1 e Coordenadora Pedagógica), cuidar do ambiente escolar e das pessoas que dele fazem parte (Diretor), ser pontual (Professora 2), usar o uniforme da escola (Auxiliar 2 e Auxiliar 3), a comunicação (Auxiliar 1). A Auxiliar 1 justificou que a comunicação é importante pois:

Auxiliar 1 - tudo parte da comunicação, se todos sabem o que vai acontecer.

Nesse exato momento, durante a entrevista, a auxiliar foi, emblematicamente, chamada no seu rádio tipo *walkie talkie*, o qual todos os auxiliares possuem para se comunicarem, independente de sua localização no prédio ou na parte externa da escola. Essa situação, como também a resposta dessa auxiliar remeteram-me ao panoptismo de Foucault:

Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado. [...] Em cada uma de suas aplicações, permite aperfeiçoar o exercício do poder. e isto de várias maneiras: porque pode reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo tempo em que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido. Porque permite intervir a cada momento e a pressão constante age antes mesmo que as faltas, os erros os,os crimes sejam cometidos. Porque, nessas condições, sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído, é constituir um mecanismo de efeitos em cadeia. (FOUCAULT, 2010, p.195)

A função dos auxiliares não deixa de ser essa, “espalhar” o poder disciplinar em todos os espaços, para agir sobre todos os indivíduos, mas não como um elemento repressor e sim como “olhos” que se deslocam pela escola apenas para lembrar os alunos daquilo que deve ser feito. A força disso é maior ainda quando, conversando com o diretor, ele me mostrou – bastante orgulhoso – o sistema computadorizado que as escolas dessa rede possuem e que contém a *história escolar* de cada aluno, atualizada conforme necessário pelos próprios auxiliares de disciplina conforme os registros de: faltas, doenças, presença na escola sem uniforme e etc. Dessa forma :

Diretor – os alunos sabem desses princípios, nós trabalhamos esses princípios e damos condições para que os alunos não venham a contrariar esses princípios. Nós temos uma forma de controle desses alunos, da sua vida estudantil com transparência. Nós temos ficha atitudinal, feita pelos professores, os princípios publicados, os auxiliares que nos ajudam na condução desses princípios [...] Eu não preciso estar em sala de aula pra saber o que acontece. Eu conheço todos os alunos por aqui [apontando para o computador].

Parece-me claro como a função exercida por cada indivíduo na escola está em íntima relação com suas concepções de regra ou norma. Para a Auxiliar 1 a comunicação é o mais importante pois sem ela seu trabalho se extingue. Os auxiliares passam envoltos em responsabilidades que estão ligadas às questões mais pragmáticas, burocráticas e prescritivas da norma, além daquilo que diz respeito propriamente ao *controle da massa escolar*. Devem cobrar o uso do uniforme, devem saber onde estão as turmas, os professores, os alunos, se alguém está doente, se é preciso ligar para os pais, se alguém que foi suspenso entrou na escola e etc.

Pareceu-me intrigante essa diferença no conteúdo das respostas. As respostas de professoras, diretor e coordenadora pedagógica, na minha concepção, não diziam respeito à regras, no sentido de norma prescrita, mas sim à valores – como o

respeito – e à uma ideia do que seria um comportamento ético, sendo assim algo relativo, dependente de outros fatores. As regras escolares seriam, para mim, o conteúdo mais prescritivo, como as trazido por dois auxiliares: usar uniforme. No entanto, foi mais interessante as respostas que se seguiram, sobre como seria a escola se essas “regras” fossem extintas.

Professora 1 - Olha, eu acho que seria o caos, não consigo imaginar, por que aí eles não iam se ouvir, não iam me ouvir provavelmente isso ia prejudicar a aprendizagem, não ia existir o respeito entre eles que já é uma coisa difícil da gente conseguir. Essa turma até não é tanto de brigar, mas às vezes desrespeitam, deboçam do colega. Se não houvesse o respeito, o parar, esperar pra falar, ia ser desorganizado, eles não iam aprender, ia ser o caos.

O que parece se tornar presente aqui é a ideia da regra como “detentora” dos comportamentos desejados. O fato de existir parece criar, automaticamente, um “clima” de civilidade, por isso ela também precisa existir e é tão importante, por que nela mesma encontra-se aquilo de que precisamos, no caso da fala acima: o respeito, saber ouvir, esperar para falar. Assim como a regra, supostamente, cria um ambiente civilizado, organizado e respeitoso é perceptível nas falas que se ela sai *necessariamente* todos os comportamentos que advém dela somem também.

Na fala da Coordenadora Pedagógica está presente o mesmo “medo” da ausência da regra:

Coordenadora Pedagógica - Nossa...bom se não fosse exigido o respeito ao outro seria bem difícil porque mesmo sendo uma regra sempre exigida e trabalhada com todos, com funcionário, com estudantes, ainda assim há alguns conflitos. Se ela fosse algo que não fosse exigida acho que seria, acho não, tenho certeza, que seria bem complicado nós termos um ambiente de estudo, um ambiente de aprendizagem onde o meu colega ou o meu educador não tenha nenhuma consideração.

Essa fala nos mostra que, não havendo exigência tudo deixaria de ser o que, supostamente já é: um ambiente onde todos se escutam, se respeitam e tem consideração. O caso dos exemplos do trânsito, comentados no outro enquadramento, mas sobre outra perspectiva, retorna aqui para pensarmos nessa questão. A Professora 2 coloca:

Professora 2 - se não tivesse, por exemplo, a combinação das leis do trânsito, os carros andariam de um lado pro outro se batendo, por que ninguém saberia pra que lado um tem que ir [...] ou quando tem que parar.

Ou seja, se a lei de trânsito é retirada os carros andariam se batendo. Essa relação que é criada entre a norma e a ação civilizada das pessoas torna-se para esses sujeitos algo “com vida própria”, nela mesma estão contidas as ações éticas e corretas.

Xavier reflete em seu trabalho acerca da ideia de civilização: “A civilização – a ordem imposta a uma humanidade ‘naturalmente’ desordenada – é um compromisso, uma troca continuamente reclamada e para sempre instigada a se renegociar.” (XAVIER, 2003, p.132). A autora ainda nos fala que essas considerações são importantes para pensarmos que os seres humanos não estariam naturalmente predispostos a, dentre outros aspectos, “observar a rotina chamada de ordem” (p.132), no entanto, isso é pouco falado e refletido nas escolas.

Por outro lado, analiso a disseminação na escola desses *agentes da civilidade*, – em que se transformam os auxiliares de disciplina (justamente os que percebem a norma no seu nível mais normatizador do que normalizador) – que tornam as regras *invisíveis* e mais efetivo o *efeito panóptico*: basta um aluno saber que os auxiliares circulam pela escola para realizar a própria “coação de uma conformidade a realizar” (FOUCAULT, 2010, p. 176). Dessa forma o efeito civilizatório que desejamos ocorre, porém, não precisamos lembrar dele, como diz o Diretor:

Diretor - É como você usar o mesmo perfume todos os dias [...] de tanto você utilizar o perfume você não sente aquele perfume, mas uma pessoa estranha que chega perto de você sente aquele perfume, princípio é isso, a gente sabe que a regra existe, agora, ela não é levantada todos os dias, não precisa avisá-la todos os dias, os alunos sabem, por que os princípios estão muito ligados ao que é certo e ao que é errado na vida.

É nesse enquadramento que penso ser mais clara a ideia da regra tornando-se menos a prescrição e mais a normalização. O fato de termos o estabelecimento de padrões, de medidas está mais relacionado com o desejo da normalidade do que com a própria ação do indivíduo, por isso, todas essas determinações vem da norma, que poderia se dizer é: ser civilizado. Daí poderíamos pensar no porque as respostas não tiveram como conteúdo tanto as prescrições (usar uniforme, andar e

fila) mas sim as ações, os desejos, as normas (respeitar, ouvir, esperar para falar, ser civilizado).

3.3 Regras para formar o aluno que queremos na escola que queremos: normas escolares como produtoras do sujeito-aluno.

Neste terceiro e último enquadramento trago narrativas que expressam mais um dos efeitos das regras segundo os profissionais entrevistados: a regra escolar como constituidora do sujeito aluno. A fala do Diretor transcrita a seguir expressa fortemente essa crença:

Diretor - Assim, se você pegar uma escola centenária ou uma que tenha 50 anos quantas turmas já se formaram nessa escola? Então já entrou aluno lá na ponta, na Educação Infantil e já tá saindo aluno aqui no terceiro ano do (Ensino) Médio. (Esse colégio) tem um detalhe, ele não tem essa construção, o (colégio) tem uma coisa muito de construção, por que os alunos que são alunos do (colégio) estão no 4º ano. Eles precisam mais sete anos pra sair da escola, então, na verdade, não temos ainda uma escola (dessa congregação), nós temos atitudes (dessa congregação), mas não temos ainda alunos imbuídos dessa formação, que leva aí seus 11 anos. Então nós temos uma grande dificuldade e as regras vêm duramente pra formalizar essa questão (da congregação). Então se nós não tivéssemos essas regras não teríamos uma instituição (dessa congregação), então as regras são pautadas dentro da nossa formação.

O Diretor expressa na sua fala a importância da formação escolar constituir-se ao longo dos anos e da influencia desse tempo na assimilação de atitudes e do *jeito* dessa instituição. Ele admite que o fato da escola ter apenas 4 anos dificulta a assimilação pelos alunos do que significa e do que deseja essa escola, tanto como instituição como também formadora de um “tipo específico” de aluno, que corresponde a exigências não somente “acadêmicas” como também de cunho “religioso” e “social”. Novamente é importante ressaltar que o diretor não fala apenas de um aluno desejado, mas também de uma escola desejada por todo esse grupo de instituições.

O Auxiliar 2 entende as “regras de convivência” como algo que “abrange todo o conhecimento” e que é necessário para “aprender e conhecer” dentro da escola. Além disso, o Auxiliar 2 também traz a importância das regras para o desenvolvimento do estudante.

Auxiliar 2 - Olha, existe aquele ditado assim ninguém nasce sabendo quando tu te propõe a colocar um filho pequeno teu na escola é pra ele aprender então existe isso em relação às regras de convivência isso é uma coisa muito importante que é uma coisa que abrange todo nosso conhecimento que nós estamos aqui pra aprender e conhecer dentro de uma escola. (...) a função do aluno aqui é dentro da sala de aula é aprender então isso é muito importante as regras pra que ele desenvolva.

Esse aluno desejado deve ser formado não apenas cognitivamente, mas também comportamentalmente, ou seja, ele deve se constituir ao longo do tempo num indivíduo capaz de exercer determinadas tarefas de determinadas formas específicas. Vejamos a fala da Professora 2, de um 1º Ano da escola:

Professora 2 - Tem as saídas da sala, (...) tem sido muito difícil, fazer eles respeitarem alguns espaços (,,,) pela agitação que (...) cada ano vem aumentando, vem sendo crescente a agitação deles. A gente tem a combinação que a gente sai da sala e como tem outras turmas tendo aula a gente precisa sair em silêncio, que essa é uma regra da escola, e é muito complicado de acontecer, eles passam o tempo todo conversando e a própria formação da fila eles ainda não tem, a fila é só um amontoado de gente. Mas aos pouquinhos a gente vai construindo com eles.

Na fala dela ficam perceptíveis diferentes pontos para reflexão e análise: há a ideia de agitação que cresce a cada ano, ou seja, os alunos hoje são diferentes dos alunos de anos passados; aparece na fala a contraposição entre a combinação que é da turma com a professora e a *regra* que é da escola; finalmente a professora traz a ideia de que eles ainda não “têm” a fila, mas de que isso vai sendo construído. Nesse momento gostaria de me deter na última ideia da professora sobre a formação da fila. Fica claro seu incômodo com eles ainda não conseguirem realizar uma formação em fila, porém, ela parece compreender que isso demanda um tempo de construção.

Há nessa formação do aluno desejado uma nova concepção também, presente na fala da Professora 1:

Professora 1 - Tem toda questão de ética e de moral que eu acho que envolve essa questão de regras, mas sempre é importante eles entenderem o porquê que precisa, por que quando é imposta é mais complicado, tem algumas, tipo uniforme: Mas por quê? A gente não anda de uniforme na rua? Eu digo, é verdade, mas é pra identificar a escola, muitos pais pediram, pra essa coisa de economiza roupa, bom é uma regra que a gente tem que fazer.

Esse *novo aluno* que chegou às escolas precisa ser construído, formado mas para isso é preciso que se explique o porquê, que se justifique as regras e que elas sejam também coerentes com o tipo de atividade a ser realizada. Não basta mais impor.

Nesse enquadramento o que vemos, portanto, e a crença de que as regras escolares são fundamentais para que se possa constituir e produzir o sujeito-aluno assim como a escola desejada para esse aluno. O uso diário, não de qualquer regra, mas de determinadas regras específicas tem como efeito essa produção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho busquei compreender que crenças estavam presentes nas falas dos sujeitos pesquisados acerca dos possíveis efeitos das regras escolares na formação dos alunos. O que *fotografei* nessa minha passagem por essa escola, ouvindo e refletindo sobre os indícios dessas crenças, foi a expressão de três principais efeitos das regras: a regra como produtora de sujeitos para viverem uma vida de regras; a regra produzindo sujeitos civilizados para um mundo civilizado e a regra como produtora do sujeito-aluno. É importante ressaltar aqui que a escolha por esses três aspectos não exclui todas as outras possíveis relações e crenças que estejam ocorrendo, mas fazem parte apenas de uma escolha intencional feita a partir de minhas próprias crenças e daquilo que também “quis ver”.

O primeiro efeito produtivo das regras – para os sujeitos da pesquisa – era formar os sujeitos para uma vida regrada, a função delas torna-se preparar os alunos para uma vida normatizada, efetivando uma normalização desses indivíduos para essa vida, habituando-os a serem normatizados. Dessa forma a regra escolar é uma consequência da *vida externa a escola*, parecendo haver um apagamento da constituição arbitrária das regras escolares. O segundo efeito das regras escolares é produzir sujeitos civilizados para um mundo civilizados. As regras são criadas e usadas, portanto, como uma garantia da civilidade, sem elas a vida transformar-se-ia em algo descontrolado e caótico. Assim, as regras tornam-se produtoras da *boa convivência* em sociedade e conseqüentemente na escola, sendo assim menos regras e mais normas. Na terceira e última relação, as regras escolares efetuam a produção e constituição do sujeito-aluno, ou seja, mesmo que, por um lado, não se realize um trabalho disciplinar intencional, espera-se que as regras, por sua própria existência e aplicação diária, tornem o aluno cada vez mais aluno e, nesse caso, um tipo específico de aluno, que inclusive, algumas vezes é chamado de *aluno dessa congregação* colando o nome do aluno ao nome da congregação religiosa.

Olhando finalmente para esses três *enquadramentos*, refleti sobre como são entrelaçados por diversos outros aspectos. Dois deles gostaria de discutir aqui. Primeiramente retomo um de meus objetivos com esse estudo em que busquei também compreender o que a escola vem chamando de *regras* e como essa compreensão pode estar entrelaçada com o uso que se faz delas.

Atualmente diferentes estudos e autores têm refletido sobre importantes questões acerca da educação escolar contemporânea, tais como Xavier (2003) e Teixeira (2010). As narrativas que buscam o equilíbrio entre a flexibilidade e a rigidez; a compreensão do novo papel da escola, suas novas funções, características e suas novas ou diferentes relações com os estudantes foram constantes em diferentes respostas dos entrevistados. A diversidade de terminologias utilizadas para falar sobre regras já parece denotar essa busca por esse entendimento novo acerca da escola e da educação. Nas falas do diretor e da coordenadora pedagógica são diversos os termos utilizados: regras, normas de convivência, princípios de convivência, combinações, questões disciplinares. Compreendo que essa circulação entre diferentes palavras está ligada ao fato da escola querer distanciar-se das terminologias que trazem uma ideia autoritária ou rígida e aproximar-se de termos que possam denotar maior flexibilidade como também uma suposta nova linguagem, em torno das “regras”, que virariam princípios, aproximando-se de discussões acerca de valores éticos e morais da atualidade. Por outro lado a utilização de diferentes terminologias parece firmar o aspecto naturalizador da norma, ou seja, quando tomamos uma prescrição por um princípio de convivência apagamos sua arbitrariedade, seu aspecto *inventado*, e impossibilitamos que se lance um olhar desestruturador dessas normas.

Uma das respostas do diretor foi emblemática visto que traz claramente essa ideia de circulação dos termos acerca de norma. Ele explica que não usa “questões disciplinares”, mas sim princípios de convivência e logo em seguida explica que esses princípios são regras, mas que são regras de convivência. Além disso, ele traz uma noção de *educação para os princípios* que é feita por todos e que, novamente, são para a vida. Em outra fala, da Coordenadora Pedagógica, ela *defende* as regras e sua importância, em seguida, porém justifica essa *defesa* lembrando que as regras da escola não são incoerentes “algo do tipo rígido, do tipo militar”. Numa fala do Auxiliar 2 ele chega a dizer, inicialmente, que não há uma regra específica para ser seguida, trazendo uma compreensão de regra aparentemente flexibilizada: “Nós mesmos que temos que ter nossas regras por que não existe uma regra específica”. É interessante pensar que esse mesmo auxiliar de disciplina disse que a regra mais importante era o uso do uniforme, porém, “ao mesmo tempo” ele acredita que a regra possa ser algo flexível, que funciona de acordo com as diferentes necessidades dos alunos e vê a sua função também como um amparo ao aluno e

não apenas uma pessoa que exerce funções burocráticas, como pode parecer em outras falas.

Finalmente alguns sujeitos da pesquisa trouxeram em algumas falas seu *espanto* com a rigidez dos alunos. Em momentos em que buscam propor uma construção conjunta de *alguns tipos* de regras percebem que os alunos parecem ser mais *rígidos*, ou até mesmo, como diz o diretor, “mais justos”, pois desejam que as regras, existindo, sejam cumpridas em toda sua “literalidade”, sem exceções ou condescendências:

Diretor - Se você parar pra pensar eles são mais justos que nós, se a regra existe é pra ser cumprida e é cumprida pra todos.

Percebemos então como a escola tem buscado uma nova medida, uma nova regularidade através da busca também pelo sentido da própria instituição. Ela não mais se coloca de forma fixa frente a algumas práticas, havendo, por exemplo, algum tipo de espaço para discussão das regras, mas em contrapartida ainda reluta em modificar outros tipos de práticas, deixando claro, como numa fala da coordenadora pedagógica, que mesmo havendo um espaço para discussão das regras “há regras que são postas”, o que podemos entender como prescrições que advêm da força da norma, portanto são inquestionáveis – essa é a nossa ideia de normal, não há outra possibilidade.

Quando a escola crê que suas regras existem por que é assim na vida lá fora, quando pensa que a regra é necessária para garantir a civilidade, quando entende que os alunos precisam vivenciar regras na escola para que estejam prontos para lidar com elas na vida em sociedade, transforma essas crenças na justificativa para a manutenção e aplicação de determinadas regras. Quando a escola esquece que a regra é algo arbitrário, esquece também que está utilizando regras diariamente como se elas fossem naturais. Nos meus estudos percebi como se concretiza na escola um apagamento dessa arbitrariedade, não se fala sobre a necessidade do uso do uniforme, mas sim sobre a importância do aluno aprender a seguir regras, é por isso que ele *precisa usar uniforme*.

As regras escolares tornam-se dessa forma uma expressão das estratégias disciplinares que procuram, como nos diz Foucault (2010), formar indivíduos dóceis e úteis. O que penso ser necessário refletir atualmente não é na extinção das regras, mas é na necessidade de encararmos as regras escolares sob uma outra

perspectiva. Foucault (2010) nos lembra que o poder muitas vezes é tratado como algo negativo, mas que poderia ser pensado como produtivo e como algo que circula, porém, é possível que a escola muitas vezes trave essa circulação estabelecendo normas – que são ecos da vida, do ser civilizado – invisíveis e intocáveis, construídas de uma determinada forma, por, somente, determinadas pessoas. Há jogos de forças? Sim, as prescrições da norma nem sempre são seguidas, os sujeitos da pesquisa trazem as fugas dos alunos no próprio uniforme, a tentativa de criar marcas identitárias, mesmo naquilo que busca igualar. No entanto, por que não falamos desses jogos de força, dessas resistências? Por que não poderíamos utilizar esses mesmos jogos de poder para construir novas prescrições? Por que não legitimamos o lugar do aluno nesses jogos e o colocamos também nessa *roda de normalizações*. Xavier nos traz,

E é esse processo de negociação reiterada, acredito que inerente às práticas de construção das relações humanas, que me parece estar subvalorizado tanto nas famílias quanto nas escolas, nas práticas de educação das crianças e jovens, como se os procedimentos civilizados fossem práticas naturais e não culturais, possíveis de serem atingidos sem a mediação da geração adulta. (XAVIER, 2003, p.227)

Não desejamos, em verdade, alunos autônomos, capazes de identificar seus próprios limites, identificar problemas e construir soluções? Quem sabe esperamos construir, atualmente, sujeitos-panópticos, que construam um “olho regulador” para si mesmo a partir de suas aprendizagens sociais e culturais, e por que não, civilizadoras? Xavier (2003) traz em seu estudo uma citação de Hall em que o autor coloca que a educação não deixa de ser o processo em que a sociedade “incute normas, padrões e valores – em resumo a ‘cultura’ – na geração seguinte (...) o que é isso senão regulação – governo da moral feito pela cultura? (Hall apud Xavier, 2003), dessa forma,

Seriam os propósitos de autodisciplina e/ou auto-regulação apenas formas mais eficientes e econômicas de controle das populações visando à governamentalidade – via tecnologias da dominação e do eu – estratégia capaz de fazer do indivíduo um elemento significativo para o estado? E se assim for, isso diminuiria ou negaria a positividade da busca da produção de indivíduos autônomos? A autonomia dos indivíduos, mesmo relativizada, não é condição indispensável da vida civilizada das populações? (HALL apud XAVIER, 2003, p. 153)

Penso então ser importante revermos, nas escolas, que estruturas temos mantido que não favorecem esses propósitos e que muitas vezes vão de encontro com aquilo que supostamente desejamos. É possível construir uma escola

organizada, regrada, civilizada, que forma sujeitos capazes de conviverem socialmente, de perceberem e inovarem o mundo frente aos diversos dilemas que enfrentamos (em relação aos cuidados com o planeta, com os seres humanos, com a interrelação deles) conectado com as diversas linguagens, experiências e vivências da contemporaneidade? Eu acredito que sim, se conseguirmos levar para dentro da escola – sendo ela esse lugar intencional, de formação para diferentes saberes e de socialização – essas disputas, esses dilemas, essas linguagens, vivências e experiências. Quem sabe, desestruturando o ensino diretivo, a organização seqüencial e hierárquica e reestruturando um ensino multiplamente diretivo (por que não dirigido pelos próprios alunos?), seqüencialmente interrelacionado e numa hierarquia circulante?

Concluindo esse estudo, acredito que ainda são possíveis muitos desdobramentos, podendo aprofundar aspectos como os processos de desnaturalização e ruptura com os sentidos ainda dominantes na escola. Além disso, seria interessante pensar sobre a (im)possibilidade dos professores colocarem em ação novos sentidos e novas práticas, visto que, em alguns momentos, nas entrevistas aqui analisadas, trouxeram visões flexibilizadas de algumas regras e uma suposta vontade de modificar ou reavaliar algumas.

5 REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIORDANI, Bruna. **Estágio Docente: Piscina de Ondas, Louca Imersão**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 35p. Relatório de Estágio. (texto digitado)

GUIRADO, Marlene. **Poder Indisciplina: os surpreendentes rumos da relação de poder**. In: AQUINO, Julio Groppa (org). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

MORAES, Ronaldo Ginez de. **A Vigilância e os Registros no Cotidiano Escolar: Para a Construção do Comportamento Moral**. Assis: UNESP, 2004. 137p. Dissertação.

PEREIRA, Méry Stéfani Leivas. **Aulas tradicionais como mecanismo de controle disciplinador-conformador de alunos: uma investigação no ensino fundamental**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 49p. Trabalho de Conclusão de Curso, Pedagogia.

SOUZA, Rita de Cássia de. **“Não premiarás, não castigarás, não ralharás...”: dispositivos disciplinares em grupos escolares de belo horizonte (1925 – 1955)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. 464p. Tese.

TEIXEIRA, Alcionéia. **Cenas De Uma Escola Contemporânea: Uma Geração Indisciplinada Ou Uma Geração De Novos Sujeitos? Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2010. 101p.**

XAVIER, Maria Luisa M. **Os incluídos na escola: o disciplinamento nos processos emancipatórios**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Tese.

WASKOW, Silvana de Boer. **Os processos disciplinares na escola e a dimensão moral na representação de alunos adolescentes**. Porto Alegre: Universidade do Federal do Rio Grande do Sul, 2004. 203p.